

AS INFLUÊNCIAS DE GÊNERO NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DOCENTE

Maria José Souza Pinho¹

Claudia Suely Barreto Ferreira²

Tatiane Pina³

Resumo: Este artigo aborda as condições de trabalho de docentes, do sexo feminino, do curso de Bacharelado em Enfermagem de uma Universidade do Estado da Bahia e suas repercussões na saúde destas profissionais. O objetivo foi descrever como as condições de trabalho e as imposições laborais, repercutem na saúde destas docentes. Trata-se de uma pesquisa quantitativa de abordagem descritiva interpretativa. Os resultados revelaram que as condições de trabalho inadequadas, bem como a sobrecarga de atividades correlacionadas às duplas/triplas jornadas destas profissionais têm influenciado negativamente na qualidade de vida das mesmas, corroborando para o surgimento de sintomas correlacionados ao estresse excessivo.

Palavras Chave: saúde da trabalhadora; docência; condições de trabalho; gênero.

Abstract: This article deals with the working conditions of female teachers, the Bachelor of Nursing course of a University of the State of Bahia and its repercussions on the health of these professionals. The objective of the study was to describe how the working conditions, as well as the labor impositions, have an impact on the health of these teachers. It is a quantitative research of descriptive interpretive approach. The results showed that the inadequate working conditions, as well as the overload of activities correlated to the double/triple journeys of these professionals have negatively influenced the quality of life of the same, corroborating for the appearance of symptoms correlated to excessive stress.

Keywords: worker's health; teaching; working conditions; gender.

1 Doutora em Educação, docente da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: mjpinho@uneb.br.

2 Mestre em Saúde Coletiva, docente da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: claudiasuelyferreira@gmail.com.

3 Mestranda em Educação, docente da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: tatianepina_enf@hotmail.com.

Introdução

Apesar de ser notória a importância que a saúde do trabalhador possui para a sociedade, é perceptível a escassez de estudos sobre condições de trabalho e saúde de docentes, principalmente no âmbito universitário, quando comparado a outras áreas de atuação profissional. Esta escassez de estudos nesta área fica mais evidente, quando buscamos estudos direcionados à perspectiva de gênero e suas repercussões na saúde docente.

No Brasil, evidencia-se a predominância de mulheres trabalhando no setor educacional, sobretudo no ensino médio. Já no que tange ao ensino superior, a realidade é inversa, embora aos poucos as mulheres venham conquistando as vagas docentes nesse nível de ensino. Ainda que haja uma hegemonia feminina em praticamente todos os números relativos ao acesso ao ensino superior e à sua conclusão, o número de docentes do sexo masculino ainda é, em média, 10 pontos percentuais mais elevado do que o feminino. Em 2012, a composição ficou em 54,72% de homens e 45,28% de mulheres, e esta é uma média que se manteve mais ou menos inalterada no período avaliado. (BARRETO, 2014). A majoritária presença feminina nos cursos de graduação não oculta desafios, pois, se os dados nacionais sugerem uma ilusória equidade de gênero no ambiente acadêmico, quando vistos em detalhes, revelam a permanência de distinções que evocam a tradicional divisão sexual do trabalho.

Contextualizando a predominância feminina no magistério, são vários os elementos que contribuem para essa situação, dentre eles, a divisão sexual do trabalho como princípio organizador, a capacidade de outros setores da economia absorverem ou não as mulheres e a presença do setor público como empregador (BRUSCHINI, 2007). Além disso, existem estudos que constatarem que o aumento do número de mulheres no magistério está acompanhado da perda de prestígio desta profissão ao longo dos anos, bem como da deterioração do salário docente. Isto se dá porque a atividade docente tem como principais componentes a maternagem e a servidão que, por sua vez, são associadas no imaginário social a uma menor qualificação (ARAÚJO, 2005).

No caso da atividade docente desempenhada por mulheres, tende-se a relacioná-las, quase que obrigatoriamente, a partir do seu papel biológico, que lhes

permite gestar, dar à luz e amamentar. Assim, cabe as mulheres a responsabilidade pelo cuidado e criação das crianças como prolongamento da sua condição biológica. Essa maternagem biológica é acompanhada pela maternagem social, cuja jornada de atividades como lavar, cozinhar, passar, costurar que ainda são realizadas majoritariamente por mulheres no âmbito doméstico compromete boa parte do tempo das mesmas. Além disso, cabe ressaltar a desvalorização social destas atividades domésticas. A jornada de trabalho das mulheres fora de casa somada aos afazeres domésticos é cerca de 5 horas maior do que a realizada por homens (CUT, 2015).

É importante lembrar que as mulheres, que são maioria nos cursos de graduação do país, e estão buscando qualificação, são também mulheres trabalhadoras e, seguindo a tradição persistente no Brasil, são ainda as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico, como tem sido revelado pelas pesquisas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (BARRETO, 2014). Temos de reconhecer o esforço imenso que as mulheres, não raro, desempenham quando numa graduação: a tripla jornada, ou seja, elas estudam, trabalham e ainda assumem as responsabilidades domésticas.

Neste estudo, entendemos que ser mulher, docente e enfermeira está fortemente associado aos estereótipos sexistas e machistas, social e historicamente construídos que correlacionam a profissão de enfermagem à caridade/filantropia, cuidado maternal e submissão, o que atribui um valor menor a essa profissão, sem considerar as diversas facetas da docência associada à assistência de enfermagem dispensada no desenvolver das atividades docentes desta profissional. Existe uma segregação ocupacional em virtude da persistência da discriminação de gênero na profissão.

Nesse sentido, quando partimos de um referencial básico, vimos que por conta dessas assimetrias, mulheres e homens vivem e pensam a partir de “lugares” diferentes. O desafio é compreender nesses espaços as relações em que o gênero se constrói, no contexto educacional, no mercado de trabalho, na família, nas instituições e como influenciam as subjetividades humanas.

Diante do exposto, objetivamos nesse estudo descrever como as condições de trabalho, bem como as imposições laborais repercutem na saúde das docentes do curso de Bacharelado em Enfermagem na Universidade do Estado da Bahia, num

Campus situado no interior do Estado.

Neste contexto, realizamos neste estudo, uma abordagem de maneira articulada entre condições do trabalho e suas repercussões no perfil de adoecimento das docentes do referido curso, com o intuito de gerar novas discussões e reflexões sobre o tema com ênfase nas questões de gênero e, posteriormente, contribuirmos para a melhoria das condições de trabalho destas docentes, uma vez que um ambiente de trabalho de qualidade, bem como o bem estar físico/psicológico são essenciais para o trabalho docente qualificado.

Outro quesito importante no que tange a esta pesquisa é que atualmente tem havido significativa disseminação de interesse por parte das associações docentes, em entender, pesquisar e tratar o adoecimento docente, em sua maioria associado às condições de trabalho. Sendo assim, acreditamos que este é o cenário ideal para a ampliação destas discussões com a valorização dos problemas enfrentados pelas docentes, no que tange às questões de gênero.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo de caráter quantitativo. A escolha por este método de pesquisa decorreu pela necessidade da coleta dos dados serem realizadas em um único momento por meio da utilização de questionários, e pela proposta de descrever com exatidão os dados encontrados, estabelecendo variáveis e correlacionando-as.

Nosso cenário de estudo foi a UNEB – CAMPUS VII, que está localizada na cidade de Senhor do Bonfim, no estado da Bahia – Brasil, e a população do estudo foi constituída pelos docentes (homens e mulheres) atuantes no curso de Bacharel em Enfermagem e que concordaram em participar da pesquisa. A partir dos questionários respondidos pelos dois sexos, pudemos fazer um estudo comparativo de gênero. Os critérios de inclusão adotados para a participação na pesquisa foram: tempo mínimo de permanência na Instituição de 01 ano; ser docente do quadro efetivo do curso de Bacharelado em Enfermagem, e que aceitassem participar do estudo após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para coleta de dados utilizamos um questionário que solicitava informações

sócio demográficas, informações sobre características do ambiente de trabalho, de características psicossociais do trabalho, além de outras relacionadas aos hábitos e qualidade de vida.

Os resultados obtidos inicialmente foram alocados no software de domínio público EPI INFO versão 3.5.2, para a análise exploratória dos dados. Foi realizada a descrição das variáveis: ambiente de trabalho docente e os reflexos em suas condições de saúde; qualidade de vida e condições psicossociais do trabalho, e saúde docente e suas contradições. Estas variáveis foram analisadas com ênfase na perspectiva de gênero.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia em 11/03/2016, sob nº 50758215.8.0000.0057.

Resultados e discussão

Estudou-se 13 docentes efetivos do curso de enfermagem, correspondendo a 59% da população de 22 indivíduos inicialmente elegíveis. Os 41% que não participaram da pesquisa foram considerados inelegíveis, pois 03 estavam afastados para curso de pós-graduação, 01 docente em licença maternidade, 01 docente substituto, 01 docente removido para outro CAMPUS, e 03 docentes que colaboram no colegiado, entretanto, que estão lotados em outro colegiado do CAMPUS VII.

A população de docentes apresentou média de idade de 35 anos (variando de 29 a 48 anos); predominância do sexo feminino (84,6%); sendo que destas, 76,9% são casadas (os) ou com companheiros e 23% solteiras, e 61,5% com filhos. A predominância de docentes do sexo feminino na docência do curso de graduação em enfermagem coincide com o perfil da profissão, onde há um predomínio de profissionais deste sexo (BAIÃO, 2013).

Em relação ao nível de pós-graduação, 15% destas profissionais possuem doutorado, 23% estão com o doutorado em andamento; 53% possuem mestrado, e 9% estão com o mestrado em andamento. No que tange aos docentes do sexo masculino, 50% possuem doutorado e 50% estão com doutorado em andamento,

o que denota que os docentes do sexo masculino possuem maior nível de pós graduação, em contraposição às docentes do sexo feminino. Apesar dos docentes do sexo masculino em média possuírem menor tempo de trabalho docente, bem como média de idade inferior às mulheres, o tempo de trabalho na instituição por sexo varia em torno de 03 á 10 anos para o sexo feminino, e de 03 á 05 anos para o sexo masculino.

Evidenciamos que as mulheres, mesmo depois de conseguirem acesso à carreira docente, possuem maior dificuldade de avançar nela com a mesma velocidade que os homens. Estudos apontam que esta dificuldade está associada a fatores tais como processos de socialização para papéis sexuais, conflitos família-trabalho, menores níveis de investimento na educação feminina, além de mecanismos, alguns claros, outros mais sutis, de discriminação (BRUSCHINI,2007).

A jornada total de trabalho destes profissionais ao longo da semana, considerando todas as atividades que geram renda, corresponde uma média de 60 horas para o sexo feminino e 45 horas para o sexo masculino. A maior sobrecarga de trabalho entre profissionais do sexo feminino está correlacionada à sua dificuldade de promoção acadêmica, conseqüente menor renda e maior necessidade de renda complementar com sobreposições de vínculos trabalhistas. Este dado nos faz refletir sobre os prejuízos ao desenvolvimento do trabalho acadêmico feminino, além do déficit em sua qualidade de vida, em consequência da dupla/tripla jornada de trabalho que as mesmas desenvolvem. Isto, por sua vez, se deve ao fato destas mulheres ainda serem as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, sendo esta, uma realidade apontada em outros estudos (BOTH, 2010; CANOVA, 2010).

Identificamos ainda que uma maioria significativa das participantes do estudo, 95%, realizam deslocamento longo (acima de 100 km) para exercer suas atividades laborais, o que se configura como um fator de risco à saúde destas profissionais, haja visto, que quanto maior o tempo de deslocamento, maior o risco de acidentes no trajeto (CRUZ, 2010). Outra reflexão que emerge diante deste dado, esta correlacionada à questão de gênero, ao considerarmos a predominância do sexo feminino (84,6%), no estudo, sendo que destas 79,6% são casadas, e 61,5% têm filhos. Nestes casos, a distância do domicílio, bem como dos

familiares, tem maior potência para ocasionar uma sobrecarga psicológica, além da fadiga física ou *burnout* ocasionada pelo deslocamento longo bem como stress. A permanência longe do âmbito familiar por dias faz com que estas mulheres tentem recompensar a sua ausência no retorno para casa se desdobrando com afazeres domésticos, bem como com o cuidado com filhos, gerando uma maior dificuldade para a realização de atividades físicas e de lazer e até mesmo para o descanso e o sono adequado.

O Ambiente de trabalho da docente e a repercussão em sua saúde

Destacamos a percepção que as docentes têm acerca do seu ambiente de trabalho, e das repercussões que estas condições podem desencadear na saúde destas profissionais.

A maioria das docentes que participou do estudo refere que o ambiente de trabalho é “razoável” para o desenvolvimento de suas atividades. Mesmo não dispondo de condições ideais, consideram o ambiente de trabalho passível para o desenvolvimento de suas atividades laborais rotineiras, ainda que isso a médio/ longo prazo possa interferir diretamente no desenvolvimento de sintomas e/ou patologias, causando danos irremediáveis à saúde.

Em relação ao bem-estar destas profissionais durante sua jornada de trabalho identificamos que: 69,2% relatam a ausência de pausas durante a jornada de trabalho, sejam estas para descanso e/ou alimentação. Além disso, no que tange a sala de descanso na instituição, 75,0% das participantes referem ausência de um espaço apropriado.

Diante do que foi posto, constatamos que a maioria destas profissionais se queixa da falta de estrutura para a realização do seu trabalho, acarretando nestas profissionais desgastes físicos e/ou emocional.

Ao perguntamos se onde as participantes deste estudo trabalham existem discussões sobre as questões de adoecimento docente, todas as participantes responderam que não, sendo esta informação um dado negativo e surpreendente, visto que esta pesquisa foi realizada no âmbito de um curso de graduação em enfermagem, onde a saúde dos indivíduos é central em todas às disciplinas

e os docentes são os responsáveis por proporcionar espaços de discussão e ensinamentos relacionados à saúde da população. Além disso, é perceptível que quando estes espaços de discussão existem, criam-se oportunidades de formar novas relações de apoio e confiança, permitindo que profissionais exponham suas vivências e angústias, além de possibilitar melhor entendimento das situações vividas no ambiente de trabalho, para que seja possível buscar formas de minimizar ou solucionar problemas que possam configurar-se como riscos à saúde destes profissionais (DELCOR, 2004).

Qualidade de vida e condições psicossociais do trabalho na perspectiva feminina

Quanto às características psicossociais do trabalho, as profissionais entrevistadas relatam de forma enfática que o trabalho docente possui um grau de exigência emocional bastante elevado, que decorre do processo de trabalho no qual estão inseridas e das condições que têm que enfrentar diariamente (FERNANDES, 2009). Em contrapartida, 84,6% informou que há uma boa relação de solidariedade e colaboração entre as pessoas com quem trabalham, o que é um fator positivo diante dessa exaustão emocional.

Com relação ao desenvolvimento da sua profissão na instituição, as participantes apontaram aspectos positivos, que trazem benefícios à saúde, tais como: a possibilidade de se aprender coisas novas cotidianamente, o sentimento de união entre as pessoas com quem trabalham, além do fato das decisões serem tomadas de forma democrática entre colegas de trabalho. Estes aspectos corroboram para a satisfação na realização do trabalho docente, sendo reafirmados por todas as profissionais que participaram da pesquisa.

Entretanto, existem alguns aspectos considerados dificultadores para a realização do trabalho, como: o tempo para a realização das tarefas, onde 61,5% citam ser insuficiente; e o fato de serem solicitadas para realizar um volume excessivo de trabalho, apontado por 76,9%. Além disso, 86% das participantes relatam que considerando o empenho e volume de trabalho não consideram seus salários adequados.

Existe, comprovadamente, uma precarização do trabalho docente o que, conseqüentemente, acaba interferindo na saúde destas profissionais, visto que

a precarização, somada ao excesso de demanda para realização das atividades influenciam, de forma negativa, na qualidade de vida destas profissionais (DALAGASPERINA, 2016).

Quando comparados os relatos psicossociais do sexo feminino e masculino, evidenciamos que as docentes mulheres apresentaram queixas de cunho emocional que não foram evidenciadas no sexo oposto, tais como dificuldades para tomada de decisões (30,7%), e perda de interesse pelas coisas cotidianas (23%). Estas queixas, na literatura, estão diretamente relacionadas à depressão e ao estresse, que acabam desmotivando este indivíduo e acarretando problemas físicos e emocionais (MARQUEZE, 2009).

Além disso, 53,8% das docentes referem constante “fadiga”. É importante ressaltar, que o termo fadiga é usado para definir o estresse cotidiano. Percebemos no decorrer da pesquisa que o docente tem dificuldade de se reconhecer enquanto trabalhador que adocece por decorrência do trabalho, e que apesar de sinalizar positivamente para sinais e sintomas característicos do estresse, todos negam sofrerem destes males comuns à profissão, que são silenciados pelos próprios profissionais.

Ao questionarmos se participam de atividades sociais (como visita a amigos, festas e barzinhos), 54,6% responderam que sim. Em relação às atividades de lazer, 52,3% docentes alegam que realizam e quanto às atividades físicas, 53,8% praticam. Sendo estes aspectos positivos à qualidade de vida destas profissionais, o que surpreende é que não seja uma realidade para todas as participantes do estudo. Tais atividades propiciam momentos de relaxamento, de socialização, de manutenção e promoção de melhor vigor físico, corroborando para que elas reduzam seus níveis de estresse e minimizem os riscos de desenvolver sintomas e/ou doenças osteomusculares, mentais, dentre outras (NORONHA, 2001).

Em se tratando de diagnósticos médicos, 15,3% das docentes referem possuir diagnóstico de distúrbio do sono, sendo que destas 7,7% fazem uso de medicação prescrita para alteração do sono. Sabemos que os distúrbios do sono tem correlação direta com as longas jornadas de trabalho.

Os distúrbios do sono aliados ao estresse levam o profissional a intenso sofrimento psíquico, afetando a qualidade do seu trabalho, da sua vida social, causando limitações psicossociais.

Considerações Finais

O presente estudo possibilitou uma análise das condições de trabalho e suas repercussões na saúde das docentes de uma instituição de ensino superior no estado da Bahia. O arsenal de dados elencados revela que o processo de sobrecarga e falta de condições de trabalho vêm acarretando sérias consequências para a saúde das docentes, principalmente quando se trata de alterações físicas e emocionais, influenciando negativamente na saúde e qualidade de vida destas profissionais.

Contudo, é importante ressaltar que apesar das dificuldades relatadas ainda existe um encanto no que tange ao exercício da docência no ensino superior para estas mulheres que tanto almejavam a conquista da profissão acadêmica. Isto é detectado quando todas as participantes relatam um sentimento de satisfação. O ambiente universitário é, sobretudo, um ‘espaço de estar e pensar com um outro’, onde: *“persistem práticas docentes que remetem à construção de alianças, de compartilhamento dos conhecimentos, de produção de novos sentidos e significados, mesmo que em espaços específicos e em momentos particulares”* (WEBER, 2015).

Dada à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, pois a saúde das docentes, bem como a oferta de condições de trabalho adequadas a estas profissionais não se esgota neste estudo, principalmente em face dos atuais retrocessos relativos à retirada dos direitos trabalhistas conquistados anteriormente e de forma árdua pela categoria. Com a insensibilidade dos governantes responsáveis por incentivar a educação superior de qualidade e o “sucateamento” destas instituições, acreditamos que a saúde docente tende a decair a níveis alarmantes. Entretanto, acreditamos que o incremento de espaços de discussão dentro das próprias universidades é passível de possibilitar novos rumos para as instituições de nível superior, através de reivindicações contundentes e conseqüentemente implementações de melhorias nas condições de trabalho e saúde docente, em especial no que tange a perspectiva de gênero.

Esta pesquisa pode oportunizar que novos estudos sejam feitos com o objetivo de abrir espaços para importantes reflexões, buscando maneiras cabíveis de identificar e implementar melhorias nas condições de trabalho destas profissionais, que sempre lutaram arduamente em busca dos seus direitos trabalhistas e

que, atualmente, vêm sofrendo com as novas imposições feitas à carreira docente no que tange à produtividade acadêmica, além das dificuldades de conciliação entre vida profissional e pessoal.

Referências

ARAÚJO T.M, SENA I.P, VIANA M.A, ARAÚJO E.M. Mal – estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. *Revista Baiana de Saúde Pública*. 2005 jan-jun;29(01):6-21.

BAIÃO L.P.M., CUNHA, R.G. Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura. *Revista Formação@Docente*. 2013 jan-jun;5:06-21.

BARRETO, A, A mulher no ensino superior distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*.2014 n.6 jul.-dez, Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP.

BOTH, J., NASCIMENTO J.V, SONOO, C.N., LEMOS, C.A.F, BORGATTO, A.F. Condições de vida do trabalhador docente: Associação entre estilo de vida e qualidade de vida no trabalho de professores de Educação Física. *Revista Motricidade*. 2010;6(3):39-51.

BRUSCHINI, M .C.A, Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*. 2007 set-dez v. 37, n. 132, p. 537-572.

CANOVA, K.R. e PORTO, J.B. O impacto dos valores organizacionais no estresse ocupacional: um estudo com professores de ensino médio. *Revista de Administração Mackenzie*. 2010;11(5).

CUT. 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT: Trabalhadoras em luta por Igualdade, Liberdade e Autonomia. *Caderno de Resoluções/Comissão organizadora do 8º encontro Nacional de Mulheres da CUT*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

CRUZ, R.M., WELTER M., GUISSO L. Saúde docente, condições e carga de trabalho. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia*. 2010;01(4).

DALAGASPERINA P. e MONTEIRO JK. Estresse e docência: um estudo no ensino superior privado. *Revista Subjetividades*. 2016 abril;16(1):37-51.

DELCOR, N.S, ARAÚJO T.M, REIS, E.J.F.B., PORTO, L.A, CARVALHO, F.M., SILVA, M.O. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. 2004;20(1):187-196.

FERNANDES, M.H., ROCHA, V.M., COSTA-OLIVEIRA, A.G.R. Fatores Associados à Prevalência de Sintomas Osteomusculares em Professores. *Revista Saúde Pública*. 2009;11(2):256-267.

MARQUEZE, E.C., MORENO, C.D.C. Satisfação no trabalho e capacidade para o trabalho entre docentes universitários. *Psicologia em estudo*. 2009;14:75-82.

NORONHA, M.M.B. Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de casos das professoras do Ensino Fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais; 2001.

WEBER, L.N.D., LEITE, C.R., STASIAK, G.R., SANTOS, C.A.S., FORTESKI, R. O estresse no trabalho do professor. *Revista Imagens da Educação*. 2015;5(3):40-52.

Recebido em outubro de 2017.

Aprovado em dezembro de 2017.